



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS DOCUMENTOSCÓPICAS - SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9129882/2018-SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.001009/2018-11

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº XX./2019

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de provimento de acesso a bancos de dados digital contendo imagens e especificações de documentos de segurança (modelos padrões), incluindo cédulas monetárias, vistos, passaportes, documentos de identidade e de condução de veículos, a ser disponibilizado via Internet, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unidade	Valor unitário	Valor Total
1	39 (trinta e nove) licenças de acesso a banco de dados de imagens de referência de documentos de segurança (padrões) como: cédulas monetárias; vistos e documentos de condução de veículos; passaportes e documentos de identidade; bem como sistemas de conferência de códigos conhecidos como MRZ (machine readable zone) ou código OCR para comparação de dados pessoais de portadores de passaportes, pelo período de 12 meses.	Licença de acesso	2.734,38	106.640,82

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de licença de software (consulta a imagens e informações disponíveis no banco de dados).
1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
1.4. A presente contratação adotará como regime de execução por preço unitário da licença.
1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A documentoscopia é o ramo das ciências forenses voltado à verificação de autenticidade de documentos e manuscritos e à caracterização e identificação de autoria de suas falsificações. Dentre suas áreas de enfoque existe a dos documentos de segurança, que consistem em documentos dotados de características especiais, denominadas elementos de segurança, produzidas intencionalmente em seu suporte e/ou impressões gráficas a fim de dificultar as falsificações. É o caso tanto de cédulas monetárias quanto de documentos como vistos, passaportes, documentos de identidade e carteiras de habilitação;

2.2. Os elementos de segurança são determinados no momento do projeto de cada documento, baseadas em uma ampla gama de técnicas disponíveis, tais como holografias, marcas d'água, calcografias, tintas e fios com características especiais de reflexão da luz, fundos numismáticos, microimpressões, etc., tornando cada documento único em seu resultado final. Assim, para verificação da autenticidade de um documento de segurança, o perito precisa dominar as técnicas de segurança e de sua verificação, mas também possuir um padrão de referência para o documento analisado, com indicação expressa dos elementos de segurança nele adotados e sua localização, a fim de cotejá-los com o exemplar em análise.

2.3. Em razão das competências da Polícia Federal relacionadas à segurança de fronteiras e de combate ao crime transnacional, a Perícia Criminal Federal é frequentemente demandada a emitir laudo sobre documentos e cédulas estrangeiros, demandando para isso padrões de referência para esses documentos. A espera pelo recebimento de padrões com base em protocolos de colaboração internacional pode requerer um longo tempo e a constante renovação dos documentos de segurança por seus países emissores torna obsoletos os padrões já armazenados.

2.4. A solução para garantir uma prestação célere das atribuições periciais no campo da documentoscopia de documentos de segurança é o uso de bases de dados de padrões, fornecidas comercialmente por empresas especializadas, que se encarregam de coletar, em um grande número de países, as novas versões das cédulas e documentos de segurança tão logo sejam lançados, promovendo sua digitalização e o registro dos elementos de segurança em um sistema computacional acessível pela Internet.

2.5. DA INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

2.5.1. Os serviços a serem contratados são altamente especializados, não se verificando a possibilidade de aplicação dos benefícios estabelecidos no art. 47 e 48 da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.2. O inciso II, do art. 49, da citada legislação estabelece que não se aplica os benefícios quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

2.5.3. Assim, posto o grau de especialização do serviço, e a restrição de mercado, haja vista não haver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, pugna pela inviabilidade de aplicação dos benefícios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, e colacionado a seguir, a descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de consulta ao banco de dados que permitirá a continuidade das atividades da Criminalística quanto à elucidação de crimes de atribuição da Polícia Federal, especialmente os relacionadas à área de documentoscopia, que muitas vezes podem estar vinculados a crimes organizados transnacionais, como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, crimes previdenciários e financeiros, que muitas vezes utilizam-se da fraude de documentos que contém elementos de segurança como, passaportes, vistos, documentos de identidade, cédulas, entre outros documentos brasileiros e estrangeiros no modus operandi criminoso.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. As imagens deverão ser digitais, coloridas e em alta definição;

5.1.2. O banco de dados deve permitir a consulta e conferência dos códigos conhecidos como MRZ (machine readable zone) ou código OCR para comparação de dados pessoais de portadores de passaportes;

5.1.3. As pesquisas deverão permitir ao usuário efetuar consultas a cédulas monetárias, passaportes e documentos de identidade de, no mínimo, cento e setenta (170) países (incluindo o Brasil), das Américas, África, Ásia, Europa e Oceania, com acesso aos dados alfanuméricos e imagens;

5.1.4. O serviço de consulta ao banco de dados deve ser compatível com a plataforma Windows;

5.1.5. As licenças deverão ser disponibilizadas para acesso via Internet em qualquer Unidade de Perícia da Polícia Federal;

5.1.6. Os documentos pesquisados devem conter informações detalhadas e claras dos elementos de segurança como microimpressão, película protetora, fio de segurança, reação ultravioleta, calcografia e dispositivos opticamente variáveis;

5.1.7. As consultas devem estar disponíveis em no mínimo dois idiomas: inglês e espanhol;

5.1.8. O banco de dados deve estar permanentemente atualizado com padrões de documentos e novos elementos de segurança utilizados na produção do suporte de documentos autênticos.

5.2. Serviço a ser disponibilizado sem solução de continuidade (serviço continuado), com duração do contrato pelo período de 12 (doze) meses.

5.3. A CONTRATADA deverá possuir qualificação técnica compatível com os serviços a serem executados, devendo apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível com o serviço de fornecimento de acesso a banco de dados digital contendo padrões de cédulas monetárias, passaportes, documentos de identidade e correlatos, bem como conferência dos códigos MRZ.

5.4. O Atestado de Capacidade Técnica descrito no subitem acima poderá ser aceito em nome de empresa estrangeira, desde que: a) seja expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado situada no país em que o serviço tenha sido prestado; b) atenda todos os demais requisitos qualitativos e quantitativos descritos acima; c) seja apresentado na versão original e traduzido para o português.

5.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.6. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Acesso ao banco de dados deve estar disponível via Internet, 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

6.1.2. O serviço de consulta ao banco de dados deve ser compatível com a plataforma Windows;

6.1.3. As licenças deverão ser disponibilizadas para acesso via Internet em qualquer Unidade de Perícia da Polícia Federal;

6.1.4. As consultas devem estar disponíveis em no mínimo dois idiomas: inglês e espanhol;

6.1.5. A empresa contratada ficará obrigada a fazer a entrega das licenças através do fornecimento de usuários e senhas à contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato pelas partes.

6.1.6. Os usuários e as senhas das 39 licenças para acesso ao banco de dados contratados deverão ser encaminhados ao Serviço de Perícias Documentoscópicas (SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF), através do e-mail: sepdoc.inc@dpf.gov.br.

6.2. A execução dos serviços será iniciada na data do recebimento dos usuários e senhas pela empresa contratante, na forma que segue:

6.2.1. A empresa contratada ficará obrigada a fazer a entrega das licenças através do fornecimento de usuários e senhas à contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato pelas partes;

6.2.2. Os usuários e as senhas das 39 licenças para acesso ao banco de dados contratados deverão ser encaminhados ao Serviço de Perícias Documentoscópicas (SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF), por meio do e-mail: sepdoc.inc@dpf.gov.br.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1. Nos termos do item 2.6 do anexo V da IN SLTI/MP nº 05, de 2017:

7.1.1. Serão atores por parte da CONTRATANTE e que participarão da gestão do contrato, o fiscal técnico, o fiscal administrativo e o gestor de contrato, designados formalmente pelo Diretor Técnico Científico, no momento da assinatura do contrato;

7.1.2. Será ator por parte da CONTRATADA, o preposto por ela designado, no momento da assinatura do contrato. Na designação do preposto deverão constar o seu nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

7.1.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;

7.1.4. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança.

- 7.2. Os serviços previstos deverão ser executados levando em consideração todas as especificações e indicações neste Termo de Referência, a fim de que a contratante tenha acesso ao objeto contratado: 39 (trinta e nove) licenças de acesso à banco de dados de imagens de referência de documentos padrão como: cédulas monetárias; vistos e documentos de condução de veículos; passaportes e documentos de identidade; bem como sistemas de conferência de códigos conhecidos como MRZ (machine readable zone) ou código OCR para comparação de dados pessoais de portadores de passaportes, pelo período de 12 meses.
- 7.3. Os meios de comunicação que serão utilizados para fins de acompanhamento e fiscalização serão os meios oficiais (correspondência, ofício, e-mail e outros que se mostrarem eficientes).
- 7.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida com os dados constantes da Nota de Empenho.
- 7.5. Demais detalhes acerca do pagamento, obrigações da contratada e da contratante e sanções administrativas estão discriminados em tópico específico deste Termo de Referência.

8. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

- 8.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:
- 8.1.1. Atualmente a área de perícias documentoscópicas responde por grande parte das requisições de exames e da consequente emissão de laudos na Polícia Federal. Considerando a produtividade dos últimos 12 meses (01/11/2017 a 31/10/2018) no Sistema de Criminalística da DITEC, verificou-se que do total de aproximadamente 51.000 laudos produzidos nos países, mais de 13% foram exames classificados como autenticidade e/ou alteração documental e laudos de moedas.
- 8.1.2. Nesse sentido, a consulta a um banco de dados robusto e permanentemente atualizado é instrumento fundamental na realização dessas perícias, uma vez que possibilita a comparação rápida e eficaz de documentos questionados com as imagens e os elementos de segurança existentes nos respectivos padrões.
- 8.1.3. Os Peritos Criminais Federais que atuam na área de documentoscopia, estejam lotados no Instituto Nacional de Criminalística, nas Unidades Descentralizadas ou no Aeroporto Internacional de São Paulo – Guarulhos, necessitam de ferramentas capazes de auxiliá-los nos exames periciais. A fim de promover a distribuição eficiente dos recursos, foi definido o número de 39 licenças a serem disponibilizadas para as Unidades Periciais assim distribuídas: 1 (uma) licença para o Serviço de Perícias Documentoscópicas; 27 (vinte e sete) licenças para os Setores Técnico-Científicos dos estados; 1 (uma) licença para o Aeroporto Internacional de Guarulhos; 10 (dez) licenças a serem distribuídas às UTEC's de maior produtividade em laudos de autenticidade e/ou alteração documental e moedas segundo o relatório do SISCRIM/DITEC (Sistema de Criminalística) dos últimos 12 meses, emitido na data da assinatura do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 10.2. Comunicar à área solicitante, o Serviço de Perícias Documentoscópicas (SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF) através do e-mail: sepdoc.inc@dpf.gov.br, qualquer falha de acesso ao banco de dados para fins de adoção das providências necessárias.
- 10.3. As licenças que porventura apresentem vícios, defeitos ou falhas no acesso resultantes da execução do serviço, deverão ser reparadas, corrigidas, removidas ou substituídas por outras licenças em perfeito funcionamento e da mesma especificação das substituídas, às suas expensas, no prazo máximo de três (3) dias úteis contados da comunicação à contratada;
- 10.4. Manter o banco de dados permanentemente atualizado com os padrões de documentos de viagem, documentos de identidade, cédulas monetárias, bem como com as informações sobre os respectivos elementos de segurança utilizados na produção do suporte de documentos autênticos, em qualidade e quantidade referenciados neste documento.
- 10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

- 10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.8. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes às licenças ora adquiridas, tais como impostos, seguros, obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante. A qualquer momento a ADMINISTRAÇÃO poderá solicitar comprovante de quitação de quaisquer das obrigações mencionadas neste item.
- 10.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo as licenças de acesso em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 13.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 13.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 14.2. No prazo de até 5 dias corridos a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 14.3. O recebimento provisório será realizado após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 14.3.1. A contratante verificará a qualidade dos serviços prestados, por meio de profissionais técnicos competentes.
- 14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços em consonância com as exigências contidas neste Termo de Referência, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = 0,00016438		
I = (TX)	I = (6 / 100)	TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o ICTI - Índice de Custos de Tecnologia da Informação ou outro índice oficial que venha a o substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

1. 17.1.1. cometer fraude fiscal.
2. 17.1.2. comportar-se de modo inidôneo; ou
3. 17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. 17.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
5. 17.1.5. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.2. São igualmente consideradas infrações típicas de serviços disponibilizados via internet passíveis das sanções previstas: demora excessiva no acesso ao banco de dados por culpa do contratado, não corrigir eventuais vícios, defeitos ou falhas no acesso resultantes da execução do serviço no prazo estabelecido, não comunicar à área solicitante qualquer falha de acesso ao banco de dados para fins de adoção das providências necessárias.

17.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.3.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.3.2. **Multa de:**

17.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze). Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

17.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.3.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

17.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.

17.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.4. As sanções previstas nos subitens 17.3.1, 17.3.2, 17.3.3, 17.3.4 e 17.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 17.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 17.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 18.3.1. Valor Global: R\$ 106.640,82 (cento e seis mil seiscentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos)
- 18.3.2. Atendimento integral às especificações do objeto (características do serviço a partir da licença), conforme descrito neste TR.
- 18.3.3. Atendimento às condições de habilitação, conforme previsto no Edital.
- 18.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 18.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 19.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 19.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado, adotando-se o menor preço pesquisado.

20. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

- 20.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de todas as licenças fornecidas pelo período de vigência do contrato.
- 20.2. As licenças que porventura apresentem vícios, defeitos ou falhas no acesso resultantes da execução do serviço, deverão ser reparadas, corrigidas, removidas ou substituídas por outras licenças em perfeito funcionamento e da mesma especificação das substituídas, às suas expensas, no prazo máximo de três (3) dias úteis contados da comunicação à contratada.
- 20.3. A CONTRATADA deverá garantir que o banco de dados será permanentemente atualizado com os padrões de documentos de viagem, documentos de identidade, cédulas monetárias, bem como com as informações sobre os respectivos elementos de segurança utilizados na produção do suporte de documentos autênticos, em qualidade e quantidade referenciados neste documento.

20.4. A CONTRATADA deverá garantir o serviço de suporte e atendimento ao usuário 24 horas/7 dias por semana de forma remota por meio eletrônico (*chat on line* ou e-mail) e telefone.

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

21.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200406 - Diretoria Técnico Científica

Fonte: 00001- Tesouro Nacional

Programa de Trabalho: 090123

Elemento de Despesa: 339039

PI: PF99900AG19

Brasília, 08 de agosto de 2019.

MARCOS DE JESUS MORAIS
Perito Criminal Federal
Chefe do SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF

Aprovo este Termo de Referência para aquisição de licenças de acesso a banco de dados de imagens de referência de documentos padrão.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico - DITEC/PF



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DE JESUS MORAIS, Chefe de Serviço**, em 13/08/2019, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 09/09/2019, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11904427** e o código CRC **304AD7FF**.